

Medicina a fórceps?

ANTÔNIO CARLOS LOPES

Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica

Voltaram a figurar na imprensa notícias relacionadas à interiorização da medicina no país. Todos sabemos que o Brasil – com 5.564 municípios, dos quais 853 em Minas Gerais – tem carência enorme de profissionais médicos em áreas de difícil acesso. Seria perfeito se, entre as reportagens, houvesse alguma dando conta de que o governo elaborou política consistente e responsável para resolver o problema. Porém, não é o que ocorre. Vale citar a política anunciada no fim de 2009 que sugeriu a criação de facilidades para a convocação de médicos ao serviço militar obrigatório, mesmo depois de dispensados anteriormente, por excesso de contingente. Mais recentemente, também foi apontada a possibilidade de financiamento do estudo de alunos em escolas particulares de medicina, tendo como contrapartida a prestação de serviços em áreas remotas depois da graduação.

Ora, são propostas irresponsáveis e que não tratam a medicina e a saúde com o respeito que merecem. As entidades médicas brasileiras, entre elas a Sociedade Brasileira de Clínica Médica, já se posicionaram firmemente contra tais sandices. No caso do serviço militar obrigatório, é um absurdo achar que é possível transformar o recém-formado

em mão de obra remanejável apenas porque o governo não tem capacidade de equacionar os problemas da assistência aos cidadãos. Já o financiamento de bolsas nos moldes propostos acabaria, de fato, enriquecendo os maus empresá-

rios da educação. Por dinheiro em escolas que oferecem formação de má qualidade e não têm estrutura adequada é um atentado contra a população.

Um médico mal formado não é alento à comunidade, pois pode representar grave risco à saúde. Para resolver esse gargalo do sistema de saúde, precisamos de uma política transparente, racional, que considere as necessidades da população e trate com respeito os recursos humanos. É necessário remuneração adequada, possibilidade de educação continuada permanente, boas condições para o exercício profissional, entre outros pontos. Enfim, precisamos urgentemente de bom senso. Não será com encaminhamentos esdrúxulos e equivocados que pagaremos a dívida social que temos com os desassistidos. Precisamos, sim, é de postura pública e dignidade, o que envolve o resgate do Sistema Único de Saúde (SUS) e o plano de carreira dos seus médicos.

Em 2008, estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) constatou um enorme déficit de médicos no Brasil, com, em média, um médico para 595 habitantes, quase o dobro da média mundial, de 1/300. Ela é muito abaixo do ideal, o que pode ser facilmente comprovado com o caos em que estão se transformando dezenas de cidades do país ante, por exemplo, a epidemia de dengue. Há forte concentração de profissionais nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, enquanto a maioria atua na capital, há cidades com mais de 6 mil habitantes para cada médico, como Belford Roxo, que tinha há dois anos 6,8 mil habitantes por médico. Em São Paulo, a média também é altíssima, com um para 448 habitantes. No Piauí, são 1.282 habitantes por profissional; no Maranhão, 1.786; e no Pará, 1.351. Haja descaso dos governos federal, estaduais e municipais em relação às áreas sociais, principalmente a saúde e a educação.

Um médico mal formado não é alento à comunidade